

Contas Regionais

2016 e 2017Po

Em 2017, o Algarve voltou a apresentar o maior crescimento, impulsionado pelo setor do turismo

De acordo com os resultados provisórios de 2017, todas as regiões registaram crescimento real do PIB, em especial o Algarve (3,5%), o Alentejo (3,2%), a Região Autónoma da Madeira (3,1%) e a Área Metropolitana de Lisboa (3,0%), que apresentaram aumentos superiores ao país. O Norte, o Centro (ambos 2,5%) e a Região Autónoma dos Açores (2,4%) registaram crescimentos inferiores à média nacional.

Os resultados finais de 2016 revelaram que as assimetrias do PIB *per capita* entre as vinte e cinco regiões atingem a sua expressão máxima na comparação do Alentejo Litoral (141,7) com a do Tâmega e Sousa (62,8). Note-se que, face a 2015, verificou-se uma diminuição da disparidade regional neste indicador, passando a diferença entre essas duas regiões de 84,7 p.p. para 78,9 p.p..

O INE divulga as Contas Regionais finais de 2016 e provisórias de 2017. Os resultados apresentados são consistentes com as Contas Nacionais Anuais, publicadas em 21 de setembro de 2018.

Para além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder no portal do INE, na área das Contas Nacionais, especificamente em D – Contas Regionais, a toda a informação detalhada disponível:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais2010&contexto=cr&selTab=tab3&perfil=220674544&INST=220617235

Com o presente destaque são divulgados os resultados finais de 2016 e provisórios de 2017, bem como dados retrospectivos para os anos de 1995 a 1999, ficando completa a série de Contas Regionais em NUTS2013 para todo o período de 1995 a 2017.

São igualmente atualizados os resultados do PIB regional em Paridades de Poder de Compra até 2017, refletindo já a informação mais recente disponibilizada hoje pelo INE e pelo Eurostat.

Os resultados atualizados do estudo das dinâmicas de crescimento económico regional, tendo por base a metodologia shift-share de decomposição territorial da taxa de crescimento do VAB, apresentado pela primeira vez no destaque anterior das Contas Regionais, encontram-se disponíveis no Portal do INE, na área acima indicada. Outros indicadores de crescimento e produtividade serão oportunamente disponibilizados nessa mesma área de informação.

I. Produto Interno Bruto

1. Resultados provisórios de 2017

Em 2017, o PIB nacional registou uma variação nominal de 4,4% e real de 2,8%. Estima-se que o PIB nominal tenha crescido acima da média nacional no Algarve (6,0%), no Alentejo (5,1%), na Região Autónoma da Madeira (4,7%) e na Área Metropolitana de Lisboa (4,5%). A Região Autónoma dos Açores (4,2%) apresentou um crescimento nominal ligeiramente inferior ao país, enquanto as regiões do Norte e do Centro apresentaram crescimentos nominais de 4,0%.

Quadro 1

Produto Interno Bruto por NUTS II – 2017Po

Regiões	2017Po			
	10 ⁶ Euros	%	Var. Valor (%)	Var. Volume (%)
Norte	57.241	29,4	4,0	2,5
Centro	36.756	18,9	4,0	2,5
A. M. Lisboa	69.978	36,0	4,5	3,0
Alentejo	12.736	6,5	5,1	3,2
Algarve	9.015	4,6	6,0	3,5
R. A. Açores	4.128	2,1	4,2	2,4
R. A. Madeira	4.608	2,4	4,7	3,1
Extra-regio	152	0,1	-	-
Portugal	194.613	100,0	4,4	2,8

Em termos reais, estima-se que todas as regiões tenham registado crescimento do PIB, em especial o Algarve (3,5%), o Alentejo (3,2%), a Região Autónoma da Madeira (3,1%) e a Área Metropolitana de Lisboa (3,0%), que apresentaram variações reais superiores ao país. As regiões Norte e Centro (ambas com 2,5%) e a Região Autónoma dos Açores (2,4%) registaram variações inferiores à média nacional.

O crescimento real do PIB do Algarve e da Região Autónoma da Madeira terá sido influenciado decisivamente pela atividade do ramo do comércio, transportes, alojamento e restauração, que apresenta grande relevância nas estruturas produtivas daquelas regiões devido ao turismo, tendo o VAB aumentado 3,8% e 4,4% em volume, respetivamente. Também a Área Metropolitana de Lisboa terá beneficiado da dinâmica turística, com o volume daquele ramo de atividade a aumentar 4,5%.

O crescimento do PIB do Alentejo foi influenciado pelo desempenho da indústria e energia, em especial pelo ramo da indústria de fabricação de coque e de produtos petrolíferos, atividade com especial importância nesta região.

2. Resultados finais de 2016

Em 2016, o PIB nacional registou um acréscimo nominal de 3,7% e real de 1,9%. Em termos nominais, o PIB apresentou variações positivas em todas as regiões, com especial relevo na região do Algarve (7,7%), seguida das regiões do Norte (4,4%) e da Região Autónoma da Madeira (3,9%). A Área Metropolitana de Lisboa (3,3%), a região do Centro e a Região Autónoma dos Açores (ambas com 3,4%) apresentaram aumentos nominais ligeiramente inferiores ao desempenho nacional, enquanto o Alentejo se destacou por apresentar o crescimento nominal menos expressivo (1,5%).

Quadro 2

Produto Interno Bruto por NUTS II – 2016

Regiões	2016			
	10 ⁶ Euros	%	Var. Valor (%)	Var. Volume (%)
Norte	55.049	29,5	4,4	2,7
Centro	35.342	19,0	3,4	1,7
A. M. Lisboa	66.956	35,9	3,3	1,4
Alentejo	12.121	6,5	1,5	-0,3
Algarve	8.501	4,6	7,7	4,8
R. A. Açores	3.962	2,1	3,4	2,5
R. A. Madeira	4.401	2,4	3,9	2,2
Extra-regio	148	0,1	-	-
Portugal	186.480	100,0	3,7	1,9

Em volume, o PIB aumentou em todas as regiões, com exceção do Alentejo, que apresentou um ligeiro decréscimo (-0,3%) devido ao comportamento do VAB do ramo da indústria e energia nesta região (-4,5%). O Algarve (4,8%), o Norte (2,7%), a Região Autónoma dos Açores (2,5%) e a Região Autónoma da Madeira (2,2%) registaram crescimentos superiores à média nacional.

O crescimento verificado no VAB do ramo do comércio, transportes, alojamento e restauração contribuiu para os crescimentos registados quer no Algarve quer nas regiões autónomas, enquanto o crescimento do VAB do ramo da indústria e energia impulsionou o crescimento ocorrido na região Norte.

Quadro 3

VAB, Produtividade e Custo trabalho por unidade produzida por NUTS II – 2016

Regiões	2016							
	VAB		Variação					
	10 ⁶ Euros	%	Valor (%)	Volume (%)	Indivíduos totais (%)	Produtividade (%)	Remuneração Média (%)	Custo Trabalho por Unidade Produzida (%)
Norte	47.882	29,5	4,1	2,4	1,9	0,5	2,6	2,1
Centro	30.741	18,9	3,1	1,4	0,0	1,4	2,0	0,6
A. M. Lisboa	58.238	35,9	3,0	1,1	2,4	-1,3	0,8	2,1
Alentejo	10.543	6,5	1,2	-0,6	1,2	-1,8	1,9	3,8
Algarve	7.394	4,6	7,4	4,5	4,0	0,5	3,0	2,6
R. A. Açores	3.446	2,1	3,2	2,2	0,5	1,7	2,4	0,7
R. A. Madeira	3.854	2,4	3,8	2,1	0,3	1,8	1,5	-0,3
Extra-regio	129	0,1	-	-	-	-	-	-
Portugal	162.226	100,0	3,4	1,6	1,6	0,0	1,7	1,7

Em 2016, a produtividade do trabalho, avaliada pelo quociente entre o VAB em termos reais e o emprego medido em indivíduos totais, manteve-se inalterada para o país, apresentando, contudo, comportamentos diferenciados a nível regional. Com exceção da Área Metropolitana de Lisboa e do Alentejo, registaram-se aumentos de produtividade nas restantes regiões, sendo mais expressivo na Região Autónoma da Madeira (1,8%), na Região Autónoma dos Açores (1,7%) e no Centro (1,4%). O aumento da produtividade nestas três regiões resultou do aumento real do VAB acompanhado por uma variação de emprego quase nula.

Como resultado do diferencial de crescimento da produtividade face à variação da remuneração média anual, o custo de trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentou em todas as regiões, com exceção da Região Autónoma da Madeira. A diminuição dos CTUP (-0,3%) ocorrido nesta região deveu-se ao aumento mais acentuado da produtividade (1,8%) face à observada na remuneração média anual (1,5%). Inversamente, o Alentejo apresentou a maior variação nos CTUP (3,8%), devido à diminuição da produtividade (-1,8%), associada, sobretudo, à diminuição em termos reais do VAB do ramo da indústria de fabricação de coque e de produtos petrolíferos, comparativamente com o aumento observado na remuneração média anual (1,9%).

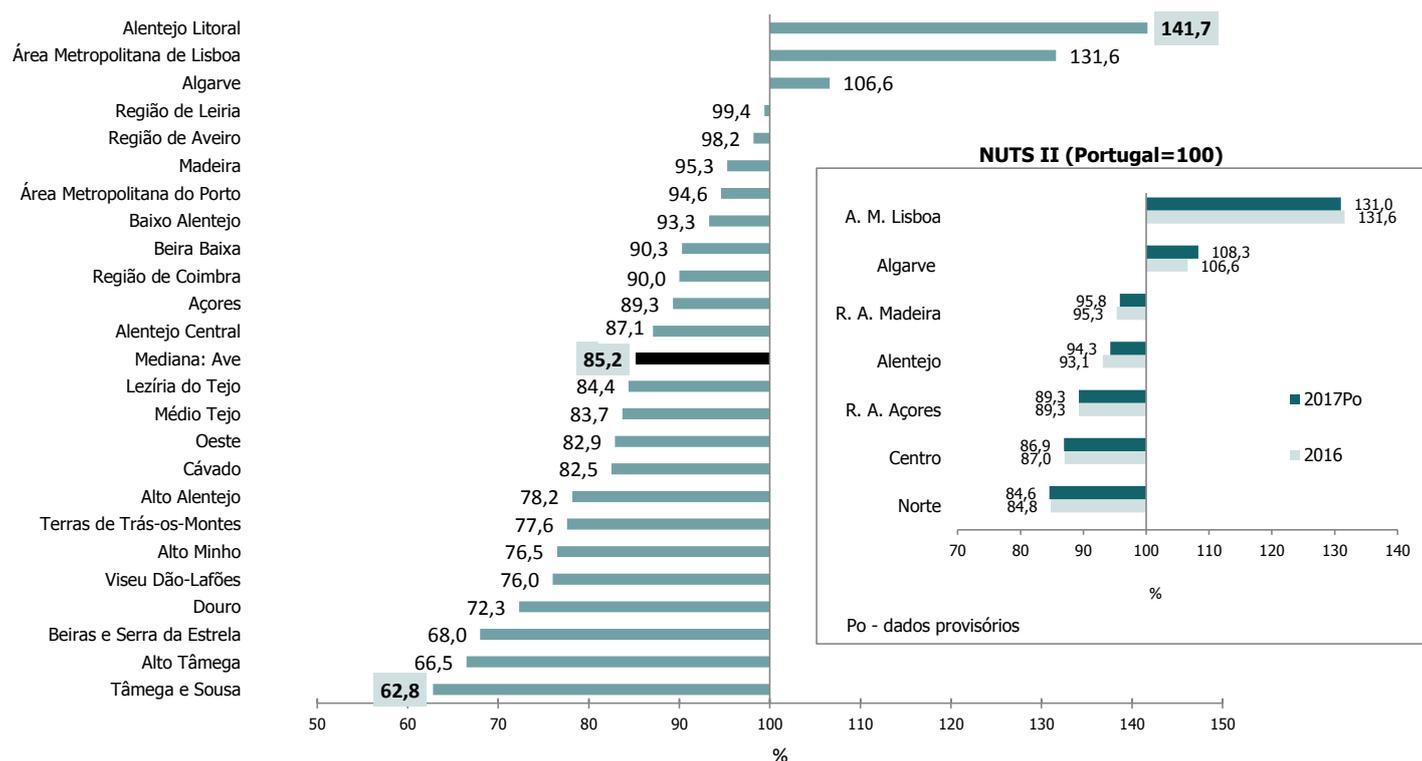
II. Coesão Regional

A coesão regional é normalmente avaliada através da expressão atingida pelas assimetrias regionais do PIB *per capita*¹ e da produtividade², no contexto do país e da União Europeia (UE).

A figura 1 apresenta os índices de disparidade regional do PIB *per capita* das NUTS II e NUTS III, em relação à média nacional (Portugal = 100). Note-se que as regiões NUTS II Área Metropolitana de Lisboa, Algarve e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são simultaneamente regiões NUTS III.

Figura 1

Índices de Disparidade Regional do PIB *per capita*, por NUTS III – 2016 (Portugal=100)



Considerando as NUTS II, tanto em 2016 como em 2017, a Área Metropolitana de Lisboa foi a região que ultrapassou significativamente a média nacional, com índices de 131,6 e 131,0, respetivamente. Embora com menor expressão, é ainda de salientar que nestes dois anos a região do Algarve superou igualmente a média nacional. As restantes NUTS II apresentaram índices inferiores à média nacional, em especial o Norte com índice cerca de 15% inferior à média do país.

¹ O indicador PIB *per capita* relaciona o PIB gerado num dado país ou região, com a população residente.

² Produtividade avaliada pelo quociente entre o PIB e o número de indivíduos totais empregados.

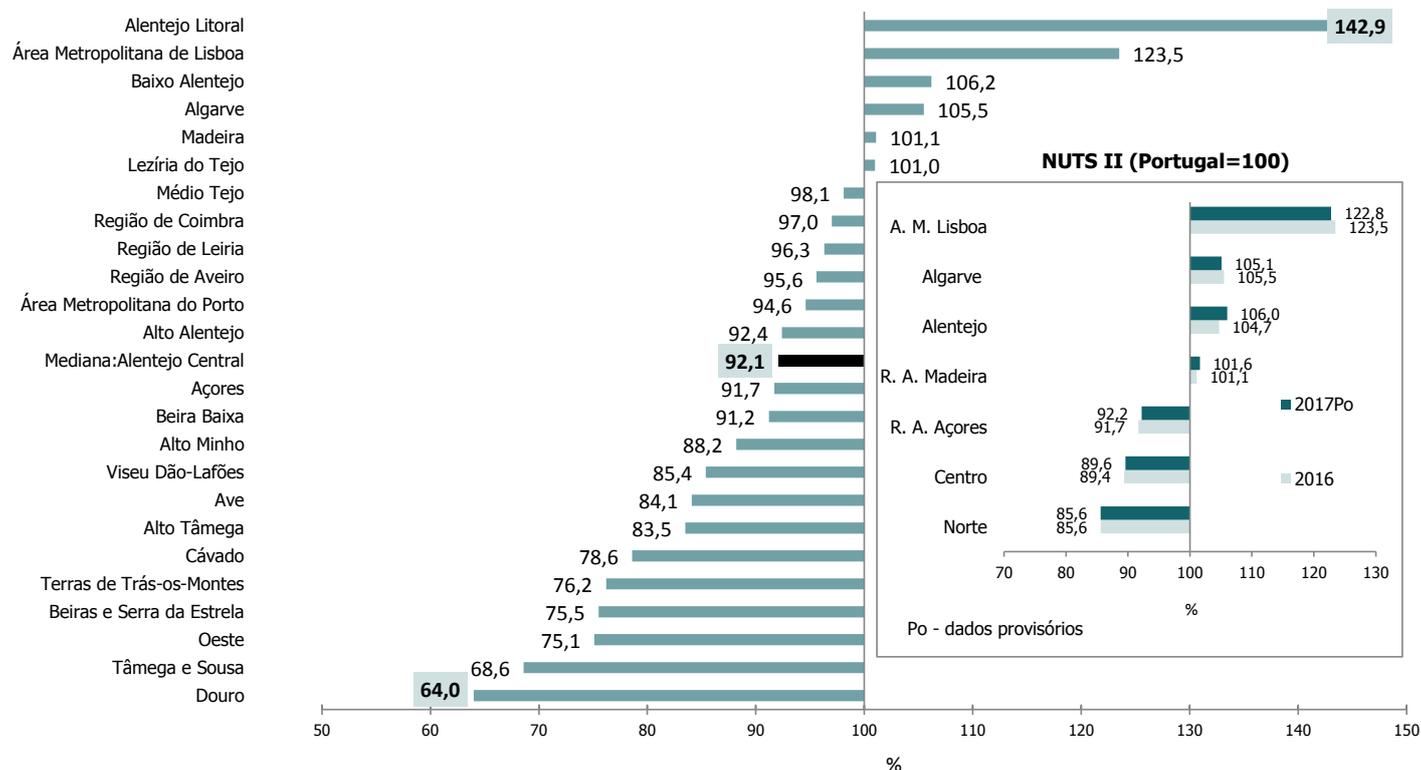
Tendo por referência as NUTS III, as assimetrias do PIB *per capita* entre as vinte e cinco regiões atingem a sua expressão máxima na comparação do Alentejo Litoral (141,7) com a do Tâmega e Sousa (62,8). Note-se que, face a 2015, verificou-se uma diminuição da disparidade regional neste indicador, passando a diferença entre essas duas regiões de 84,7 p.p. para 78,9 p.p..

A região do Alentejo é aquela que, ao nível das NUTS III, evidencia uma maior disparidade regional, com um diferencial de 63,5 p.p. entre o Alentejo Litoral (141,7) e o Alto Alentejo (78,2). A região Norte apresenta uma disparidade regional significativamente inferior à do Alentejo, com um diferencial de 31,8 p.p. entre o maior e o menor índices observados, respetivamente, na Área Metropolitana do Porto (94,6) e no Tâmega e Sousa (62,8). Por fim, a região Centro, evidencia uma disparidade regional praticamente idêntica à da região Norte, 31,4 p.p., correspondentes à diferença entre os índices da Região de Leiria (99,4) e das Beiras e Serra da Estrela (68,0).

A produtividade aparente do trabalho, determinada pela relação entre o PIB e o emprego que lhe está subjacente, encontra-se expressa na figura 2, que apresenta os índices de disparidade regional deste indicador.

Figura 2

Índices de Disparidade Regional da Produtividade, por NUTS III – 2016 (Portugal=100)



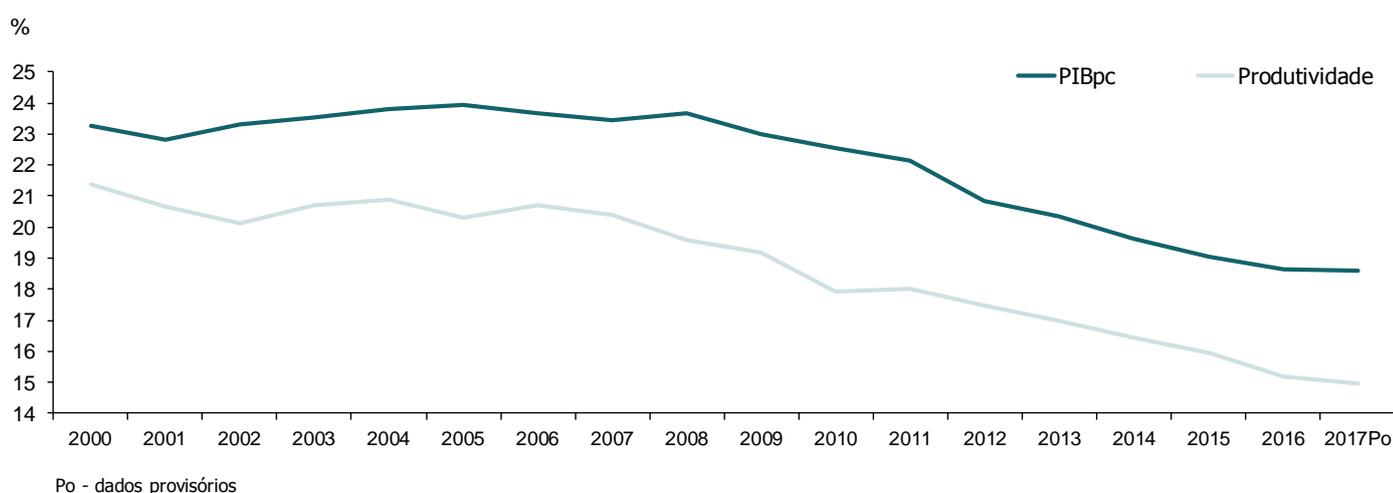
Em 2016, este indicador apresentou valores inferiores à média nacional no Norte, no Centro e na Região Autónoma dos Açores. O Alentejo superou a média nacional (104,7) em termos de produtividade, não obstante apresentar um índice do PIB *per capita* inferior (93,1), facto relacionado com a localização, na zona de Sines, de atividades económicas com elevado rácio capital/trabalho. Também a Região Autónoma da Madeira, embora apresente um índice do PIB *per capita* inferior à média nacional, apresentou um índice (101,1) ligeiramente superior à média em termos de produtividade.

Considerando as NUTSIII, observa-se uma menor disparidade regional da produtividade em 2016, com a região do Alentejo Litoral a apresentar o maior índice de produtividade (142,9) e a região do Douro a apresentar o índice de disparidade mais baixo (64,0), passando a diferença entre essas duas regiões de 89,3 p.p. para 78,9 p.p. face a 2015.

O grau de coesão regional pode ainda ser avaliado pelo desvio absoluto médio ponderado do PIB *per capita* e da produtividade. A figura 3 apresenta a evolução destes indicadores, verificando-se uma diminuição em ambos, quer em 2016 (de 19,0 para 18,6 e de 15,9 para 15,2, face a 2015, respetivamente), quer em 2017, ano em que mantêm a tendência, 18,6 no caso do PIB *per capita* e 15,0 em relação à produtividade. Pode concluir-se que o grau de coesão tem vindo a aumentar.

Figura 3

Dispersão do PIB *per capita* e da Produtividade por NUTS III – 2000 a 2017Po

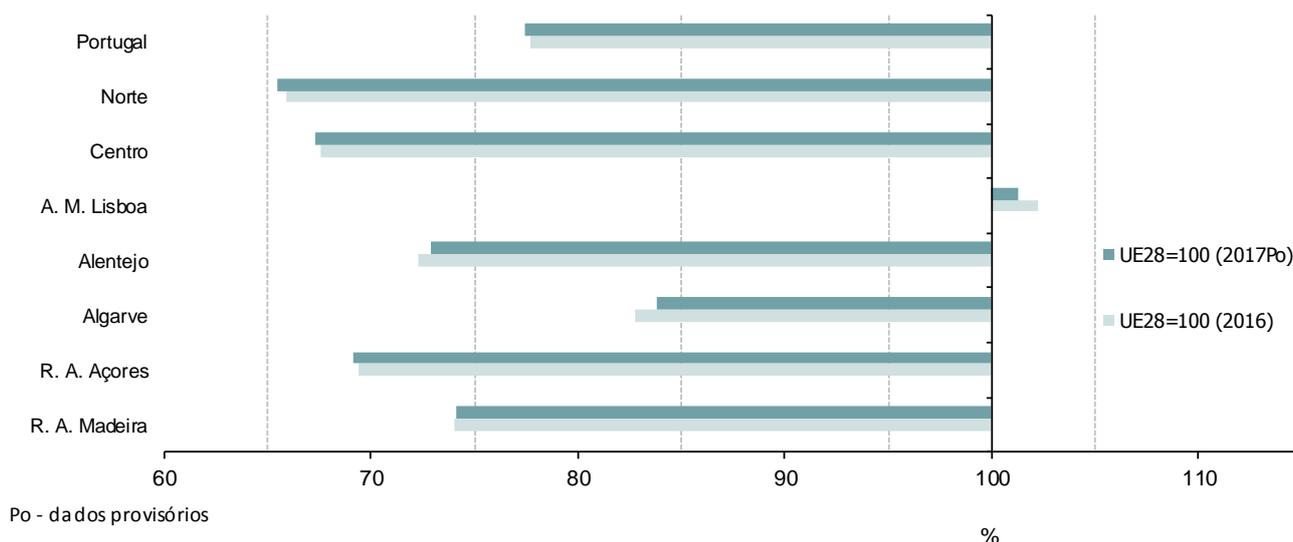


PIB regional expresso em Paridades de Poder de Compra (PPC)

O PIB *per capita* em Portugal, expresso em Paridades de Poder de Compra (PPC), correspondeu a 77,2% e a 76,6% da média da União Europeia (UE28), em 2016 e 2017. Em termos regionais, apenas a Área Metropolitana de Lisboa superou a média europeia em 1,6 p.p. e 0,4 p.p., respetivamente.

Figura 4

Índices de disparidade do PIB *per capita* em PPC – 2016 e 2017Po



A apreciação destas assimetrias deve ter em conta que a conversão de euros para PPC, aplicável no quadro da regulamentação da União Europeia, é feita uniformemente para todas as regiões de cada Estado Membro, não sendo contempladas as diferenças intranacionais de preços relativos ao nível de NUTS II ou NUTS III.

III. Formação Bruta de Capital Fixo de 2016

A Formação Bruta de Capital Fixo do país registou um crescimento de 3,5% em 2016 face ao ano anterior, atingindo 28 830 milhões de euros. As regiões que contribuíram para esse crescimento foram Lisboa (3,0 p.p.), o Norte (1,5 p.p.) e, ligeiramente, o Algarve (0,1 p.p.). Pelo contrário, o Alentejo registou um contributo negativo (-1,1 p.p.) e as regiões autónomas e o Centro registaram um contributo nulo.

Quadro 4

Formação Bruta de Capital Fixo por NUTS II – 2016

Regiões	2016		Variação Anual (%)	Contributos para a Variação Anual Nacional (p.p.)
	10 ⁶ Euros	%		
Norte	9.187	31,9	4,7	1,5
Centro	5.233	18,2	-0,1	0,0
A. M. Lisboa	10.239	35,5	9,0	3,0
Alentejo	1.833	6,4	-14,3	-1,1
Algarve	1.248	4,3	3,3	0,1
R. A. Açores	541	1,9	-0,3	0,0
R. A. Madeira	547	1,9	0,3	0,0
Extra-regio	2	0,0	-	-
Portugal	28.830	100,0	3,5	3,5

Para a variação positiva ocorrida na Área Metropolitana de Lisboa foi determinante o acréscimo do investimento realizado no ramo dos serviços prestados às empresas e nas indústrias transformadoras. Na região Norte o aumento da Formação Bruta de Capital Fixo resultou, sobretudo, do acréscimo do investimento na indústria transformadora e nas atividades imobiliárias. No Algarve foi, principalmente, o aumento dos investimentos nos ramos do comércio, transportes, alojamento e restauração e nas atividades imobiliárias que contribuiu para o crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo da região.

Para o decréscimo da Formação Bruta de Capital Fixo registado no Alentejo (-14,3%) contribuiu a diminuição do investimento no ramo da construção (próximo dos 165 milhões de euros), associado ao Setor Institucional das Administrações Públicas e a diminuição no ramo do comércio, transportes, alojamento e restauração.

Em 2016, a região de Lisboa apresentou um investimento de 10 239 milhões de euros que correspondia a 35,5% do total do investimento nacional, seguida da região Norte (9 187; 31,9% do total) e da região Centro (5 233; 18,2%). As restantes quatro regiões foram responsáveis apenas por 14,5% do investimento total, sendo o menor contributo o das regiões autónomas (ambas com 1,9%).

IV. Contas das famílias de 2016

Em 2016, o Rendimento Primário Bruto (RP³) atingiu 124 940 milhões de euros e o Rendimento Disponível Bruto (RD⁴) 124 586 milhões de euros, o que correspondeu a acréscimos de 2,7% e 3,2% respetivamente, relativamente a 2015.

No quadro 5 pode observar-se que o Algarve foi a região que apresentou maior crescimento em 2016, quer do RP (5,9%), quer do RD (5,8%). Para esta situação contribuíram o comportamento positivo das remunerações (6,9%), do rendimento bruto misto (5,9%), bem como do saldo das transferências sociais no caso do RD. Seguiram-se a Região Autónoma dos Açores (3,4% do RP e 5,2% do RD) e o Norte (3,2% do RP e 3,7% do RD).

A Região Autónoma da Madeira foi aquela em que o RP cresceu menos (1,8%) face a 2015, tendo o RD apresentado um crescimento próximo do nacional (3,1%).

No Alentejo (2,5% do RP e 3,0% do RD), na Área Metropolitana de Lisboa (2,2% do RP e 2,6% do RD) e no Centro (1,9% do RP e 2,4% do RD) verificaram-se também crescimentos inferiores à média nacional nos dois indicadores.

Quadro 5

Rendimento Primário e Rendimento Disponível das Famílias por NUTS II – 2016

Regiões	2016					
	RP			RD		
	Total	Estrutura	Variação Anual	Total	Estrutura	Variação Anual
	10 ⁶ Euros	%	%	10 ⁶ Euros	%	%
Norte	37.298	29,9	3,2	38.080	30,6	3,7
Centro	23.952	19,2	1,9	25.380	20,4	2,4
A. M. Lisboa	44.071	35,3	2,2	40.899	32,8	2,6
Alentejo	7.934	6,4	2,5	8.318	6,7	3,0
Algarve	5.859	4,7	5,9	5.763	4,6	5,8
R. A. Açores	2.953	2,4	3,4	3.056	2,5	5,2
R. A. Madeira	2.780	2,2	1,8	3.003	2,4	3,1
Extra-regio	92	0,1	-	87	0,1	-
Portugal	124.940	100,0	2,7	124.586	100,0	3,2

³ Rendimentos diretos das famílias gerados pela sua participação no processo produtivo e saldo dos rendimentos de propriedade.

⁴ Resulta das alterações no RP decorrentes da ação redistributiva dos rendimentos pela política fiscal e do saldo das outras transferências correntes.

Em termos de assimetrias regionais (NUTS II), embora as diferenças regionais do RP *per capita* e, sobretudo, do RD *per capita* das famílias sejam significativas, apresentam valores inferiores aos do PIB *per capita*, como se pode observar no quadro abaixo.

Em 2016, e à semelhança dos anos anteriores, o PIB *per capita* da Área Metropolitana de Lisboa foi o maior, excedendo em 55,2% o do Norte (o menor). Os valores de RP e de RD *per capita* da Área Metropolitana de Lisboa encontravam-se, respetivamente, 50,8 % e 37,0% acima da região Norte. Como seria de esperar, a redistribuição dos rendimentos reduziu de forma significativa as diferenças entre as regiões. Face a 2015, houve uma ligeira melhoria da disparidade nos três indicadores.

Quadro 6

Distribuição regional e Índices de disparidade do PIB, RP e RD *per capita* por NUTS II – 2016

Regiões	2016					
	PIB pc		RP pc		RD pc	
	euros	índice	euros	índice	euros	índice
Norte	15.316	85	10.377	86	10.595	88
Centro	15.707	87	10.645	88	11.279	93
A. M. Lisboa	23.768	132	15.645	129	14.518	120
Alentejo	16.806	93	11.001	91	11.533	96
Algarve	19.246	107	13.266	110	13.046	108
R. A. Açores	16.136	89	12.028	99	12.446	103
R. A. Madeira	17.214	95	10.873	90	11.747	97
Portugal	18.060	100	12.100	100	12.066	100
Máx-Min	8.452		5.268		3.923	

Para o país, o RD *per capita* é praticamente idêntico ao RP *per capita*. Porém, regionalmente, verifica-se que a relação entre o RP e o RD se caracteriza por uma certa simetria, na medida em que as regiões que apresentam maior RP *per capita* tendem também a ser as que apresentam maior ajustamento negativo do correspondente RD *per capita*, e vice-versa. Assim, em 2016, na Área Metropolitana de Lisboa o índice de RD *per capita* foi 9 p.p. inferior ao respetivo índice de RP *per capita* e no Algarve esse ajustamento foi de -2 p.p.. Nesse mesmo ano, as regiões que mais beneficiaram das transferências sociais (quase integralmente da responsabilidade das administrações públicas) foram a Região Autónoma da Madeira, que aumentou o RD *per capita* face ao RP *per capita* 7 p.p., o Centro e o Alentejo, ambos com aumento de 5 p.p, e a Região Autónoma dos Açores com cerca de 4 p.p..

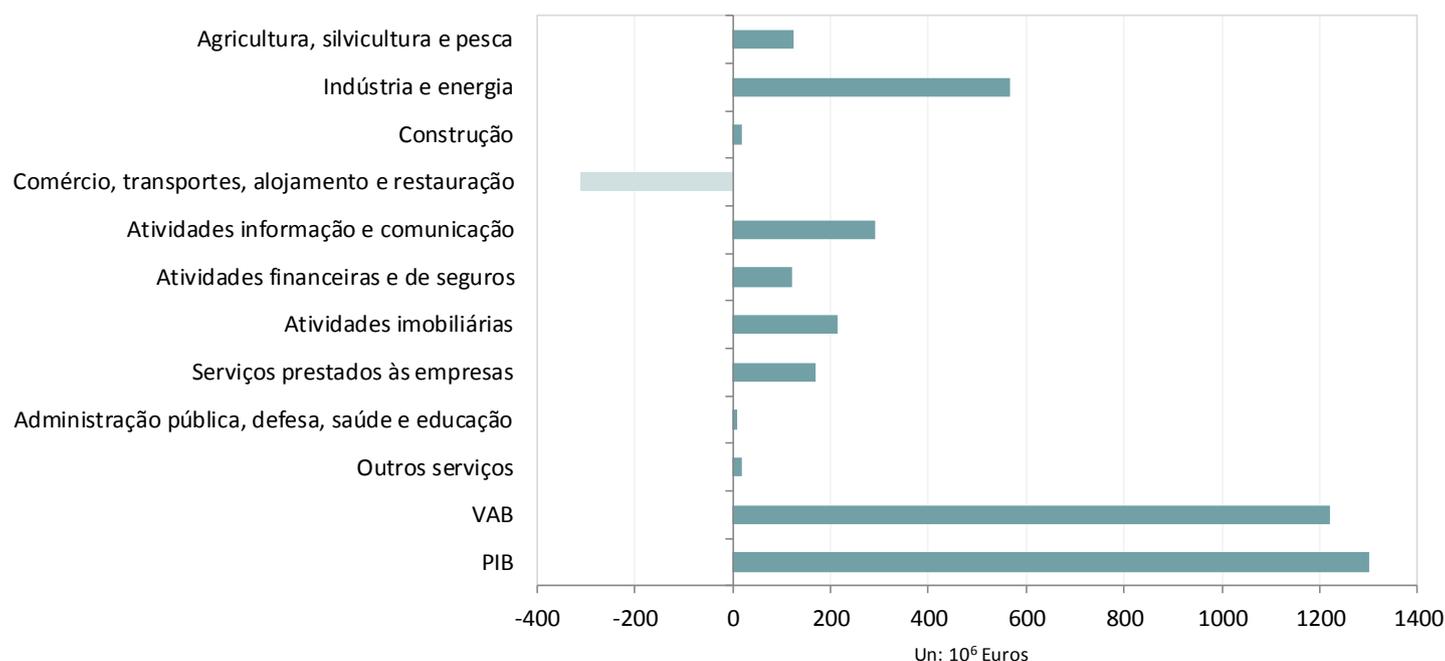
V. Revisões das estimativas provisórias de 2016

Os resultados de 2016, agora divulgados, são consistentes com os valores das Contas Nacionais de 2016, que disponibilizam informação mais completa, nomeadamente de natureza estrutural e de origem administrativa, apresentam revisões face às estimativas provisórias publicadas em dezembro de 2017.

A figura seguinte indica as revisões registadas no VAB nominal dos diferentes ramos de atividade para o total do País.

Figura 5

Revisão do PIB Nacional em termos nominais – 2016



A revisão em alta do PIB nacional teve consequências na revisão, no mesmo sentido, do PIB das diferentes regiões. Contudo, uma vez que a distribuição dos ramos de atividade no território nacional não é homogénea, as revisões tiveram impactos diferenciados nas estimativas regionais provisórias conforme se ilustra na figura seguinte.

A revisão em alta do VAB da indústria, ramo particularmente relevante na estrutura produtiva das regiões Norte e Centro, contribuiu para o aumento nominal do PIB nestas regiões e na Área Metropolitana de Lisboa quando se comparam os resultados definitivos e provisórios de 2016.

Quanto à revisão em alta do VAB das atividades imobiliárias e das atividades de informação e comunicação, refletiu-se de forma positiva no VAB de todas as regiões do país, exceto na Região Autónoma da Madeira, com particular impacto no PIB da Área Metropolitana de Lisboa, região onde se concentram aquelas atividades.

Já a revisão em alta do VAB dos serviços prestados às empresas contribuiu para o aumento do valor do PIB de todas as regiões do país, em especial do Algarve.

O PIB do Alentejo foi o único a apresentar uma revisão em baixa devido à significativa revisão ocorrida no VAB de dois ramos com grande relevância nesta região, indústria de fabricação de coque e de produtos petrolíferos e comércio, transportes, alojamento e restauração.

De notar que as revisões introduzidas não alteraram substancialmente a estrutura regional do PIB. Note-se apenas a ligeira diminuição do contributo do Alentejo e um aumento dos contributos do Norte e Algarve para o PIB nacional.

Figura 6

Revisões do PIB por NUTS II em termos nominais e da estrutura – 2016

